

Uma pendenga sem sentido

A polêmica em torno do empréstimo que o BNDES e o Banco do Brasil estariam dispostos a conceder à Prefeitura de São Paulo — e que se tornará mais áspera a partir da decisão do Conselho Monetário Nacional aliviando as restrições ao aumento da dívida das prefeituras municipais, e autorizando o BNDES a emprestar-lhes até R\$ 600 milhões — está mal colocada. Mal posta, infelizmente, da parte do PSDB, quando não do próprio governador Mário Covas. O governador possivelmente tenha razão ao queixar-se do fato de que o empréstimo paraaprofundar a calha do Rio Tietê está dormitando mais do que o necessário em Brasília. Isso, apesar de ele haver feito tudo ou até mais do que o necessário para pôr as finanças do Estado em ordem com grande sacrifício político-eleitoral. Não terá razão, no entanto, em — pelo que se informa — incentivar o descontentamento de setores do PSDB contra o presidente da República, a pretexto de que a concessão dos empréstimos seria uma desconsideração ao governador e um desserviço ao partido. Ou, pior do que isso, uma troca de favores eleitorais entre o presidente da República e o ex-prefeito de São Paulo.

É preciso ver que, se por um lado os empréstimos pretendi-

dos pela Prefeitura paulistana decorrem da má administração Maluf-Pitta, por outro servirão para atender à população. O empréstimo do BNDES, se concedido, será para cobrir dívidas da Prefeitura com o PAS. O do Banco do Brasil, para realizar obras no setor de transportes urbanos, entre as quais o início do discutido “fura-fila”, além de corredores de ônibus. Ambos, por aumentarem a dívida do Município, deverão ser aprovados pelo Senado. Custa crer que o governador ou o próprio partido a que pertence não queiram que a Prefeitura salde seus débitos com as cooperativas que integram o PAS, deixando a população em situação dramática no que respeita ao atendimento à saúde. Muito menos se pode crer que o governador e o partido imaginem que o empréstimo do BNDES vá inverter intenções de voto, quando não os próprios votos daqui a dez meses. Imaginar isso seria fazer pouco do eleitor e, sobretudo, dos métodos de fazer política, que o governador Mário Covas e o PSDB desejam reformar. Idêntico raciocínio pode aplicar-se ao empréstimo do Banco do Brasil, embora sem dúvida o “fura-fila” — se de fato for eficiente — poderá ser usado como instrumento de propaganda, mas nada mais do que isso.

Nossa posição com relação a Paulo Maluf e ao prefeito Celso

Pitta é suficientemente conhecida para que possamos dizer, com toda a liberdade, que o governador e seu partido parecem não querer compreender que o governo federal não pode tratar dificuldades reais por que passam os municípios brasileiros, especialmente os das capitais de Estado, à luz de critérios exclusivamente eleitorais, ou pessoais. Maluf está sendo pródigo, hoje, em elogios ao presidente Fernando Henrique Cardoso, da mesma maneira como não teve a menor cerimônia em ser contra ele, quando se sentiu prejudicado politicamente. Amanhã, conforme as circunstâncias políticas, poderá voltar a ser oposição! O prefeito Celso Pitta tem contra ele, do ponto de vista exclusivamente técnico, o fato de as dívidas do Município serem muito altas, talvez altas demais a ponto de comprometer a capacidade de pagamento da Prefeitura. Eleitoralmente, conseguindo os empréstimos, dará a seus adversários e aos de seu padrinho político o argumento de que contraiu os empréstimos, sabendo que a dívida contraída será paga pelas futuras administrações. Isso tudo, os governos paulista, federal e paulista-

Na sua querela com o presidente da República, o PSDB paulista se esquece da população

no sabem. O que não impede, havendo condições técnicas que garantam os empréstimos, que eles possam e devam ser concedidos. Afinal, a população que não tem a assistência devida do PAS e não usufrui de um sistema de transportes digno não tem nada a ver com as disputas políticas entre o governador Mário Covas — que afirma não ser candidato — e seu partido e o candidato Paulo Maluf. Agindo como estão agindo, Covas e o PSDB não estariam pensando na cidade de São Paulo, mas nas eleições de 98.

Ao combater os empréstimos, estão, no fundo, impedindo que Pitta tenha condições de atender em parte — apenas em parte e sujeito a todas as injunções políticas que condenamos quase diariamente — as necessidades da população.

Política e eleições são coisas que nada têm a ver com o bem-estar do povo. Se o governo federal só devesse conceder empréstimos aos amigos do presidente da República e do partido dominante, estaríamos voltando à República Velha, e a democracia brasileira seria reduzida a um negócio de amigos. É no povo e não em eleições que o governador e seu partido devem pensar.